

<div><div>TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.</div><div>CNPJ 11.389.394/0001-38 NIRE 26300023113</div><div>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024</div></div>	
<div><p>• DATA, HORA E LOCAL: No dia 20 do mês de junho do ano de 2024, às 10:00 horas, na sede social da TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A., localizada na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 224, 23º andar, Ilha do Leite, CEP 50.070-460 ("Companhia").</p><p>• CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada em razão da presença dos titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei n.º 6404 de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.</p><p>• COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos por Sérgio Luiz Silva da Fonseca Lins, e secretariados por Humberto Barbosa Carrilho.</p><p>• ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: (a) a realização, pela Companhia, da sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, no valor total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei nº 14.195"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução CVM n.º 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente); (b) a constituição e outorga, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das obrigações garantidas no âmbito da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada de Distribuidora Equador (conforme definido abaixo), as quais representam direitos creditórios do agronegócio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, parágrafo 4º, inciso II, do artigo 2º, do Anexo Normativo II da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), nos termos e condições a serem detalhados e regulados por meio da celebração do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 (duas) Séries, com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Privada, da Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A." ("Termo de Emissão Distribuidora Equador") a ser celebrado entre a Distribuidora Equador, a Securitizadora (conforme definido abaixo) e os Garantidores (conforme definido abaixo), que serão vinculados como lastro de emissão de CRA (conforme definido abaixo), no âmbito da Operação de Securitização (conforme definido abaixo), de garantia fidejussória na forma de aval ("Aval Notas Comerciais Distribuidora Equador"); (c) a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores (e, caso por meio de procuradores, desde que devidamente constituídos de acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei de Sociedades por Ações), tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou recomendados exclusivamente para a realização da Emissão e/ou da Oferta, e para a constituição e outorga do Aval, incluindo, mas não se limitando, a (i) contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediação da Oferta ("Coordenador Líder"); (ii) contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, o agente de liquidação, o escriturador, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Balcão B3 ("B3"), o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) e os assessores legais (em conjunto, "Prestadores de Serviços"); e (iii) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão, das Notas Comerciais e/ou da Oferta, bem como a celebração de todos e quaisquer contratos, instrumentos e/ou documentos necessários para a implementação das deliberações acima descritas, incluindo, mas não se limitando ao "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Terminais Fluviais do Brasil S.A." a ser celebrado entre (1) a Companhia; (2) Dislub Combustíveis S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 224, 23º andar, sala 2.301, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ sob o nº 41.080.722/0002-61 e inscrita perante a JUCEPE sob o NIRE n.º 26300046989 ("Dislub"); (3) Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Senador José Henrique, nº 224, 22º Andar, Sala 2201, Ilha do Leite, CEP 50070-460, inscrita no CNPJ sob o nº 03.128.979/0007-61 e inscrita na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") sob o NIRE n.º 26300046962 ("Distribuidora Equador", e, em conjunto com a Dislub, os "Garantidores Pessoas Jurídicas"); (4) Humberto do Amaral Carrilho, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens com Cláudia (conforme definida abaixo), portador da cédula de identidade RG nº 1.896.825/SP-PE, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 341.099.514-53, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Boa Viagem, 882, ap. 2001, Boa Viagem, CEP 51011-000 ("Humberto"); (5) Claudia Barbosa Carrilho, brasileira, administradora, casada sob o regime de comunhão parcial de bens com Humberto, portadora da cédula de identidade RG nº 2.388.796/SSP-PE, inscrita no CPF sob o nº 419.986.004-59, residente e domiciliada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Boa Viagem, 882, ap. 2001, Boa Viagem, CEP 51011-000 ("Claudia"); (6) José Valdyr Silva da Fonseca Lins, brasileiro, administrador, casado sob regime de separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 2.571.483/SDS-PE, inscrito no CPF sob o nº 407.069.824-87, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Boa Viagem, 1998, ap. 1401, Boa Viagem, CEP 51111-000 ("José"); (7) Sérgio Luiz da Silva da Fonseca Lins, brasileiro, empresário, casado sob regime de separação total de bens, portador da cédula de identidade RG nº 3.446.846/SSP-PE, inscrito no CPF sob o nº 592.955.114-68, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Boa Viagem, 4998, Boa Viagem, CEP 51021-000 ("Sérgio"), e em conjunto com Humberto, Cláudia e José Valdyr, os "Garantidores Pessoas Físicas", quando referidos em conjunto com os Garantidores Pessoas Jurídicas, os "Garantidores"; e (8) Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, n.º 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário" e "Termo de Emissão", respectivamente), ao "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, sob o Rito de Registro Automático, da 1ª (Primeira) Emissão da Terminais Fluviais do Brasil S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, os Garantidores e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), aos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), e aos contratos dos Prestadores de Serviços e aos demais documentos (accessórios ou não), incluindo, eventuais aditamentos, e, ainda, ao Termo de Emissão Distribuidora Equador, na qualidade de avalista, e eventuais aditamentos, além dos demais documentos, procurações, termos e declarações eventualmente necessários; e (d) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela administração da Companhia a consecução dos itens acima.</p><p>• DELIBERAÇÕES: após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: • aprovar a realização da Emissão e da Oferta, que terão, dentre outras condições a serem negociadas pela Companhia, as seguintes características: • Número da Emissão: A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia; • Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); • Número de Séries: A Emissão será realizada em série única; • Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será aquela definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); • Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade da Remuneração (conforme abaixo definida) será a primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida) ("Data de Início da Rentabilidade"); • Quantidade de Notas Comerciais:</p></div>	<div><p>Serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Notas Comerciais; • Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); • Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido abaixo), da realização de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) ou de Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) da totalidade das Notas Comerciais seguida de seu cancelamento, nos termos do Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vigência de 1.488 (mil quatrocentos e oitenta e oito) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser prevista no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"); • Destinação de Recursos: A totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Companhia para (1) obras de melhorias da infraestrutura do terminal, e (2) havendo recursos remanescentes após o pagamento indicado no item (a), para propósitos corporativos gerais e reforço de capital de giro da Companhia; • Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, destinada a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, para a totalidade das Notas Comerciais, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), observados os termos e condições do Contrato de Distribuição e de acordo com os procedimentos operacionais da B3; • Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (sendo qualquer data em que ocorrer uma subscrição e integralização de Notas Comerciais doravante denominada como uma "Data de Integralização"), por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, em moeda corrente nacional, (a) pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3, na Primeira Data de Integralização; ou (b) pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização, caso ocorra a integralização das Notas Comerciais após a Primeira Data de Integralização ("Preço de Integralização"); • Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente; • Remuneração das Notas Comerciais: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada conforme fórmula a ser prevista no Termo de Emissão; • Apagamento da Remuneração das Notas Comerciais: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de seu pagamento ou resgate antecipado, nos termos do Termo de Emissão, o pagamento da Remuneração das Notas Comerciais será realizado em parcelas trimestrais e consecutivas até a Data de Vencimento, nas datas a serem indicadas no Termo de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração"); • Amortização do Valor Nominal Unitário: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais ou de seu pagamento ou resgate antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas até a Data de Vencimento, nos percentuais e datas a serem indicados no Termo de Emissão ("Datas de Pagamento da Amortização"); • Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do resgate antecipado facultativo, o valor devido pela Companhia aos Titulares das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo e de prêmio equivalente a (a) 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento); ou (b) 0,40% (quarenta centésimos por cento); conforme a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, nos termos a serem previstos no Termo de Emissão; calculado ao ano, <i>pro rata temporis</i>, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento das Notas Comerciais; • Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais, a qual deverá ser endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Titulares de Notas Comerciais, para aceitar o resgate antecipado das Notas Comerciais de que forem titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada um dos Titulares das Notas Comerciais em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Notas Comerciais objeto da Oferta de Resgate Antecipado, (iii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, e (iv) se aplicável, do eventual prêmio de resgate a ser indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão), que não poderá ser negativo; • Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de notas comerciais vendedor por valor igual, inferior ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial em questão ("Aquisição Facultativa"). A Companhia deverá fazer constar nas suas demonstrações financeiras as referidas aquisições. As Notas Comerciais poderão ser adquiridas pela Companhia, nos termos previstos no Termo de Emissão, (1) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (2) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, sendo que a Companhia deverá, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os Titulares de Notas Comerciais; • Amortização Extraordinária Facultativa: Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Notas Comerciais; • Garantias Reais: Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia e decorrentes da emissão das Notas Comerciais e do Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário, a</p></div>

Remuneração, os Encargos Moratórios, e os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à emissão das Notas Comerciais, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, que sejam de responsabilidade da Companhia e dos Garantidores ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas as seguintes garantias reais ("Garantias Reais"): (1) alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula n.º 32.234, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Santarém, estado do Pará ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente), pela Administradora de Bens de Infraestrutura S.A., sociedade por ações com sede na Gleba Portochuelo, s/n, Lote 2D, Zona Rural, na cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, CEP 76.834-899, inscrita no CNPJ sob o nº 10.701.088/0003-94 ("Administradora de Bens"), nos termos da "Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças", a ser celebrada entre a Administradora de Bens, o Agente Fiduciário, a Securitizadora e com a intervenção da Devedora e da Terminais Fluviais; e (2) cessão fiduciária sobre todos os direitos oriundos de contas bancárias vinculadas a serem abertas pela Dislub Combustíveis e pela Devedora junto a instituição financeira que prestará os serviços de banco depositário, a ser devidamente especificada quando houver a formalização do Contrato de Cessão Fiduciária ("Banco Depositário"), de titularidade da Companhia e movimentada única e exclusivamente pelo Banco Depositário ("Direito Creditório", "Conta Vinculada" e "Cessão Fiduciária", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Dislub Combustíveis, a Distribuidora Equador, o Agente Fiduciário, a Securitizadora e com a intervenção anuência da Companhia, e outros ("Contrato de Cessão Fiduciária", e quando referida em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel, "Contratos de Garantia"). Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, deverão transitar valores dos Direitos Creditórios depositados na Conta Vinculada em cada mês correspondentes ao Fluxo Mínimo dos Direitos Creditórios (conforme definido do Contrato de Cessão Fiduciária) até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas. As Garantias Reais são constituídas em favor (i) dos Titulares de Notas Comerciais da presente Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, na qualidade de credores no âmbito das Notas Comerciais; e (ii) da True Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.130.744/0001-00 ("Securitizadora"), na qualidade de credora de direitos creditórios devidos pela Distribuidora Equador, que comporão o lastro da 94ª (nonagésima quarta) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Securitizadora ("CRA" e "Operação de Securitização", respectivamente), de forma não subordinada e em igualdade de condições (*pari passu*), na proporção que o saldo devedor das Obrigações Garantidas da Emissão e das obrigações garantidas da Operação de Securitização representa em relação à soma dos saldos devedores da Emissão e da Operação de Securitização ("Parcela *Pro Rata* das Garantias Reais"); • **Aval:** Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e o cumprimento das Obrigações Garantidas, os Garantidores outorgam aval em favor dos titulares das notas Comerciais, obrigando-se os Garantidores, em caráter irrevogável e irretratável, como avalistas e principais pagadoras, solidariamente responsáveis entre si e com a Companhia, pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos titulares das Notas Comerciais e exigíveis nos termos do Termo de Emissão ("Aval", sendo que quando em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias"); • **Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão, serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores de Oferta de Resgate Antecipado ou Resgate Antecipado Facultativo Total, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, se houver, e com relação às Notas Comerciais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; • **Encargos Moratórios:** Em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, além da Remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos: (i) à multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago até a data do efetivo pagamento; e (ii) aos juros de mora não compensatórios, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); • **Repactuação Programada:** As Notas Comerciais não serão objeto de repactuação programada; • **Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Notas Comerciais poderão ser consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos no Termo de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações em relação a tais eventos serão negociados e definidos no Termo de Emissão; e • **Demais Condições:** Todos os demais termos, condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Notas Comerciais, incluindo, mas não se limitando a obrigações de fazer e não fazer (inclusive, eventuais *covenants* financeiros), declarações e garantias, as hipóteses e condições de resgate antecipado e eventual incidência de prêmios, multas e encargos moratórios, conforme aplicável, serão definidos no Termo de Emissão. • aprovar, a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações garantidas no âmbito dos CRA, do Aval Notas Comerciais Distribuidora Equador; • aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores (e, caso por meio de procuradores, desde que devidamente constituídos de acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei de Sociedades por Ações), tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou recomendados à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a (i) contratação do Coordenador Líder, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços; (ii) contratação Prestadores de Serviços, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços; e (iii) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão, das Notas Comerciais e/ou da Oferta, inclusive, para fins do aprovado no item 5.1, alínea (I) acima, o que inclui, mas não se limita as hipóteses e eventuais qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou quaisquer exceções aplicáveis às obrigações, declarações e garantias, eventos de vencimento antecipado e/ou resgate antecipado das Notas Comerciais; bem como a celebração de todos e quaisquer contratos, instrumentos e/ou documentos necessários para a implementação das deliberações acima descritas, incluindo, mas não se limitando ao Termo de Emissão, ao Contrato de Distribuição, aos Contratos de Garantia, aos contratos dos Prestadores de Serviços e aos demais documentos (accessórios ou não), incluindo, eventuais aditamentos, e, ainda, ao Termo de Emissão Distribuidora Equador, na qualidade de avalista, e eventuais aditamentos, além dos demais documentos, procurações, termos e declarações eventualmente necessários; e • aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela administração da Companhia a consecução dos itens acima. • **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, tendo sido declarado pelo Secretário que foram observados todos os requisitos legais para a realização da presente reunião, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas. **Presidente: Sérgio Luiz Silva da Fonseca Lins**, **Secretário: Humberto Barbosa Carrilho**, **Acionista: Dislub Combustíveis S.A.** Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. Recife/PE, 20 de junho de 2024. **Mesa: Sérgio Luiz Silva da Fonseca Lins** - Presidente; **Humberto Barbosa Carrilho** - Secretário.

Publicidade Legal - 11 de julho de 2024 - TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S A - ATA pdf

Código do documento 0a38e954-c279-450a-9cca-2c6bcd956055



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

10 Jul 2024, 19:23:55

Documento 0a38e954-c279-450a-9cca-2c6bcd956055 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-10T19:23:55-03:00

10 Jul 2024, 19:24:05

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-10T19:24:05-03:00

10 Jul 2024, 19:24:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 177.98.93.40 (177.98.93.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 20458). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-07-10T19:24:16-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f3804b8866c7b7df45db3a6f8ed35e9e6080a83f70145798dfbc78ff236d60d7
(SHA512):0efaa8a8c0b17af1d6b77c258bf73d8a61fcc85d56ea03187bf4d1d49a89cbc3bb6acc6b9e29a027b23aa51a7e1ef73832a9e1ea82d73557735da901f83f70b1

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign